

O SISTEMA DÍVIDA PÚBLICA E A ECONOMIA DO ENDIVIDAMENTO

Henrique Kiyoshi Ishihara⁷¹

Vanessa Micheli Canei⁷²

Vamos caminando; Aquí se respira lucha;
Vamos caminando; Yo canto porque se escucha;
Vamos dibujando el camino; (Vozes de um só coração);
Vamos caminando Aquí estamos de pie;
¡Que viva la América!
No puedes comprar mi vida. (CALLE 13)

Resumo: Em 2015, os dados do Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe da CEPAL mostram que a dívida pública consumiu em média cerca de 34,3% do PIB dos países latino americanos, tal aplicação entra em confronto com investimentos sociais como Saúde, Educação e Previdência Social, fazendo com que aumente os índices de desigualdade. A solução proposta para economias em crise, muitas vezes propostas por teóricos neoliberais, é de fazer cortes em investimentos sociais ao invés de uma auditoria da dívida pública. A fim de analisar a problemática em torno da dívida pública e a economia do endividamento, este presente artigo será estruturado em cinco capítulos. A partir do proposto, conclui-se que é preciso urgentemente superar o sistema produtivo atual, onde massacra os países latino americanos através da economia do endividamento, portanto tem-se que ter mobilização e orgânica participação dos povos latino americanos frente a tais retrocessos.

Palavras-chave: Economia do endividamento; Dívida pública na América Latina; Dívida pública brasileira.

Abstract: In 2015, data from the ECLAC's Preliminary Economic Survey of Latin America and the Caribbean show that public debt consumed an average of 34.3% of GDP in Latin American countries. Health, Education and Social Security, causing increases in the inequality index. The solution proposed for economies in crisis, often proposed by neoliberal theorists, is to make cuts in social investments rather than a public debt audit. In order to analyze the problem of public debt and the economy of indebtedness, this article will be structured in five chapters. From the proposal, it is concluded that it is urgently necessary to overcome the current productive system, where Latin American countries are massacred through the economy of indebtedness, so we must mobilize and organize the participation of Latin American peoples in the face of such setbacks.

Keywords: Debt economy; Public debt in Latin America; Brazilian public debt.

⁷¹ Bacharel em Marketing e acadêmico do curso de Ciências Econômicas da UFSC. E-mail: henrique.ishihara@gmail.com.

⁷² Graduanda em Relações Internacionais na UFSC. E-mail: vanessamcanei@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Há séculos que a forma do capital usurário, e depois a juros, ou o dinheiro que gera mais dinheiro, é condenado por pensadores ao longo da história, como sendo algo injusto e que desvirtua o sistema produtivo da humanidade. Aristóteles afirmava que a principal função da moeda era a de troca e não de troca para obter juros. Tal prática de não simples troca deveria ser odiosa. Já Tomás de Aquino defendia que a usura era um pecado contra a justiça. Busca-se neste artigo evidências teórico-históricas através da análise crítica de Karl Marx (1985) da forma do Capital Produtor de Juros e do papel do crédito no modo capitalista de produção, como solução encontrada para refrear as tendências da queda nas taxas de lucro.

Os países centrais, como já não conseguem realizar eficazmente suas taxas de lucro apenas explorando sua própria força de trabalho, transferem para os países periféricos suas crises financeiras e de produção através do sistema das dívidas públicas, como ocorrido nos países latino-americanos. Nestes casos, com o objetivo de se obter mais ganhos de capital excedente, os capitalistas desses países passam a intensificar seus investimentos na compra de títulos da dívida pública destes.

Através da problemática do processo de expansão da dívida brasileira pelo sistema da dívida pública a partir de 1970, combinando com o ajuste fiscal do Projeto de Emenda Constitucional de número 55 (PEC/55) aprovada no Senado Federal em 2016, busca-se compreender a expansão dos meios de pagamentos a partir da emissão dos papéis/títulos emitidos pelo Estado e que se encontram na obrigatoriedade de pagamento na esfera do sistema financeiro.

O presente artigo se estrutura em cinco partes, sendo a primeira relacionada com a compreensão da economia do endividamento e sua formação; na segunda analisa-se a expansão da dívida pública nos países latinoamericanos nas décadas de 70 e 80; na terceira abordam-se alternativas de saída da crise do endividamento; a análise da dívida pública brasileira é feita na quarta parte; e por fim, por último, têm-se os impactos sociais da PEC/55, conhecida popularmente também por “PEC da Morte” para os trabalhadores.

1. A FORMA DO CAPITAL PRODUTOR DE JUROS E A ECONOMIA DO ENDIVIDAMENTO

As combinações entre juros e dívida, podem ser analisadas com base na concepção de Marx sobre o capital fictício, que se descola cada vez mais da economia real, a partir da relação capitalista reificada na forma do capital produtor de juros que se conforma: “o prestamista vende seu dinheiro” na medida em que “o capital se apresenta, ‘como capital em si’, Capital-dinheiro” e nesta condição de capital-dinheiro “torna-se o capital a mercadoria cuja qualidade de valorizar-se tem um preço fixo, expresso pela taxa corrente de juros”. A forma do capital produtor de juros é $D-D'$, aonde $D' = D + \Delta D$, ou seja, dinheiro que gera mais dinheiro. Assim, o capital produtor de juros “é o fetiche autômato perfeito – o valor que se valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e nessa forma desaparecem todas as marcas de origem”. Com o capital produtor de juros nesta forma direta de capital-dinheiro que rende juros “(...) adquiriu o capital a forma fetichista pura, $D-D'$, como sujeito e coisa vendável” (MARX, 1985, p. 450). Assim, Marx considera que:

Dinheiro é exatamente a forma em que se dissolvem as diferenças das mercadorias como valores-de-uso, e por conseguinte as diferenças entre os capitais industriais convertentes nessas mercadorias e nas condições de produção delas. (...) No capital produtor de juros está a perfeita e acabada a representação fetichista do capital, a ideia que atribui ao produto acumulado do trabalho e por cima configurado em dinheiro, a força de produzir automaticamente mais-valia em progressão geométrica em virtude de qualidade inata e oculta. (MARX, 1985, p. 459)

A partir da análise de Marx (1985), tal atitude dos agentes de mercado movidos pelas expectativas de realização do preço na circulação, troca e consumo, apenas contribuirá para aumentar e acelerar o processo das crises. Marx quando analisa o crédito e o capital fictício, percebe a formação de uma massa organizada e concentrada de capital-dinheiro que se coloca sob controle dos banqueiros, sendo que seus lucros bancários não passam de uma retenção sobre a mais-valia, ao contrário da produção real que as cria (MARX, 1985).

Cem anos depois François Chesnais (1996) afirma que essa tal massa de Capital-dinheiro que Marx percebeu, permite que o capital deixe de ser simples elo da valorização do capital na produção industrial, para se constituir em força independente e ninho de acumulação de lucros financeiros, ou seja, acelera a acumulação de capital

teorizado por Marx do D-D'. Chesnais afirma que a capacidade do capital gerador de juros, de fazer valer suas exigências na partilha do mais-valor, vai depender do grau de centralização e de concentração atingido pelo capital. Este autor ressalta que a “globalização”, em termos do proposto pelas academias norte-americanas na década de 1990, elevou essa capacidade de retenção de mais-valor ao grau mais alto. Quando o capital - seja ele produtivo, comercial ou financeiro, quando deixa de reter lucros busca novas formas de consegui-lo, pois o capital utiliza da criatividade, muda de roupagem. Rudolf Hilferding realiza análise do capitalismo no início do século XX aonde busca explicar a transformação do capital, a união do capital bancário com o industrial, em capital financeiro. A evolução da indústria capitalista fez com que a concentração dos bancos se desenvolvesse, assim os bancos se tornaram o motor da concentração capitalista, em grau superior, nos cartéis e trustes. É a força do capital que decide qual empresa cai na dependência da outra, a cartelização das indústrias acaba promovendo a união dos bancos, como, ao inverso, a união dos bancos fomenta a cartelização. Essa relação mútua faz com que indústrias e bancos convirjam para formação de monopólios. Este processo de cartelização traz segurança e uniformidade de rendimentos para empresas e diminui os riscos das empresas diante a concorrência (HILFERDING, 1985).

Com uniformidade de lucros e baixo risco, as ações das empresas expandem e isso contribui para aumentar os preços das ações das empresas, e assim aumentar o lucro dos bancos. Na década de 1930 John M. Keynes (1985) observa que devido a melhora de “expectativas” dos agentes do mercado tal precificação é determinada por uma expectativa psicológica, puramente emocional, como se estivessem num grande cassino ao atuar no sistema capitalista. Por outro lado em 1944, no final da II Grande Guerra, Keynes havia sido representante da Inglaterra no Acordo de *Bretton Woods* e perdeu na queda de braços para a política do *Gold Exchange Standard* dos Estados Unidos (EUA), que em 1971 promoveu a sua derrocada por decisão unilateral do presidente Richard Nixon. O Acordo de *Bretton Woods* estabeleceu formalmente o marco dos acordos interestatais em que o dólar norte-americano passou a ser uma moeda de domínio e de reserva de valor internacional. Para Alceu Ferreira (2001) isso tornou-se um elemento determinante para que os demais países "ao invés de acumularem ouro como reserva de valor internacional, mantivessem suas reservas em

dólares". Os EUA tornaram sua moeda nacional condição de equivalente monetário-financeiro internacional. Isto foi possível porque no imediato pós-guerra os EUA "detinham 2/3 das reservas internacionais de ouro, portanto a moeda norte-americana era a única que podia ser convertida imediatamente em ouro em quantias significativas, o que consolidava a sua aceitabilidade mundial" (FERREIRA, 2001, P. 30).

Assim, os EUA tornou-se o maior credor do mundo do pós-guerra, condicionando todos os países a adquirir dólares, e no caso da Europa, empréstimos em dólares e com ele comprar mercadorias e reconstruir-se dos danos causados pela Guerra. Isso transformou a moeda norte-americana na primeira moeda internacional com base nas novas "instituições financeiras internacionais" acordadas no sistema de *Bretton Woods*, tendo desencadeado uma campanha intensa e bem articulada com o Plano Marshall, centrado no papel do Banco Mundial e no FMI (KREGEL, 2006).

José Carlos de Souza Braga (1997) busca na causa da queda de Bretton Woods, os elementos dos déficits públicos e da balança de pagamentos estadunidense. Estes, combinados, fizeram com que o mundo questionasse a segurança do dólar, pois quando os dólares não puderam mais ser convertidos por ouro, chegou-se num ponto em que se rompeu com o padrão dólar/ouro. Como solução para o problema da insolvência os Estados Unidos impuseram o fim da política do *Gold Exchange Standard*.

Chesnais alega que com o fim de Bretton Woods criou-se condições para o desenvolvimento do que ele caracteriza como as "economias de endividamento", devido aos instrumentos de liquidez criados pelo governo estadunidense para financiar a dívida pública, e assim a prática se espalhou para outros países.

A economia do endividamento alimentou e fez florescer o euromercado, depósitos de dólares feitos por bancos fora dos Estados Unidos, em sua maioria na Europa, por isso o nome originário.

A política dos eurodólares iniciou após a II Guerra Mundial, devido aos empréstimos feitos pelos Estados Unidos para a reconstrução da Europa, mas foi impulsionado pela União Soviética. Os soviéticos, durante a Guerra Fria, tinham receio de que os Estados Unidos suspendessem seus dólares. A solução foi encontrada em um banco inglês que ofereceu garantias dos depósitos dos dólares em Londres. Desta forma, inicia-se uma inundação de dólares pelo mundo. Estes, de acordo com Chesnais, não ficaram apenas em Londres ou Toronto, mas se espalharam para outras praças

financeiras como Hong Kong, Cingapura, Bahrein, Bahamas e Ilhas Caiman. Também foi impulsionado com petrodólares, com o narcotráfico e pelos paraísos fiscais. Chesnais analisa que o euromercado é um mercado por atacado, no sentido de que só trata de somas elevadas, das quais parte importante assumiu a forma de empréstimos conjuntos feitos pelos bancos internacionais aos países em desenvolvimento.

Ou seja, o capital está para além do controle dos Estados-nação e o sistema financeiro mundial está à mercê de uma classe de capitalistas rentistas. Chesnais (1996) mostra que a queda da rentabilidade do capital da indústria fez com que os industriais buscassem formas de valorização puramente financeira oferecidas pela política dos eurodólares. Ele destaca que há um multiplicador de criação de crédito, baseado nas longas e imbricadas cadeias de operações, bem como nas pirâmides de créditos e dívidas que iam sendo montadas graças ao carácter interbancário do mercado, à ausência de reserva obrigatória e de ausência de mecanismos de controle. Destaca também que atualmente todas as moedas, inclusive o dólar, voltaram a se confundir entre os ativos financeiros, cuja valorização resulta de sua circulação e das variações de seu valor relativo. Reforça ainda que essa circulação ocorreu ao lado dos mercados de “produtos derivados”, o segmento de mercado mais importante, por seu volume, o mais imprevisível em seus movimentos e o mais devastador em seus efeitos econômicos.

Inicia-se, a partir deste momento, uma crescente desigualdade social com lucros exorbitantes do capital, pois os ganhos são feitos a partir do aumento da exploração dos trabalhadores em todo o mundo. Desta forma ocorrendo, a queda na taxa de lucro é iminente, sendo que as crises passam a ocorrer com maior frequência e diminuem cada vez mais o tempo do intervalo entre crises.

Na década de 70 muitos bancos europeus e estadunidenses, já haviam acumulado grandes reservas cambiais de dinheiro através dos mercados de eurodólares. Porém estas reservas não puderam ser emprestadas para setores industriais nacionais aonde esses bancos localizavam-se devido ao processo recessivo gerado pelo choque do petróleo em 1973. Ou seja, num cenário em recessão a indústria opta pelo não interesse em tomar novos empréstimos. A saída encontrada pelos bancos, neste contexto de crise, foi o de emprestar estas reservas cambiais latino-americanos, expandindo o crescimento da dívida pública externa dos países. Muitas destas dívidas contraídas com juros flutuantes se tornariam mais tarde um problema, com a elevação unilateral da taxa de

juros do Sistema de Reserva Federal (Federal Reserve - FED), o Banco Central dos EUA.

2. A DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA SE EXPANDE NOS PAÍSES LATINOAMERICANOS

É importante lembrar que muitos países latinos também tiveram problemas com as altas do preço do petróleo, pois havia uma dependência muito forte de produtos importados. Isto acabava em elevação de seus preços internos devido ao aumento dos preços do petróleo, criando problemas na Balança Comercial dos países latino-americanos. Assim, os saldos das balanças de pagamentos acabavam deficitárias juntamente com a deterioração dos termos de troca, ou seja, os produtos exportados a valores baixíssimos não compensavam o déficit da balança comercial. Assim, em 1979 as economias latinoamericanas se viram estranguladas cada vez mais com o torniquete do aumento dos juros, dando fim ao excesso de liquidez no sistema financeiro internacional, expandindo a crise por todo o mundo, diminuindo o fluxo do comércio internacional.

Entre 1979 e 1981 as dívidas latinoamericanas duplicaram. Em 1982 os países devedores como o Brasil, México e Argentina eram detentores de quase 50% do total dos empréstimos feitos pelos bancos internacionais ao mundo em desenvolvimento.

Visto que o sistema financeiro internacional poderia entrar em colapso, organizou-se então um tripé para sustentação da estabilidade e enfrentamento da crise com o FED, o FMI (Fundo Monetário Internacional) e com o Comitê de Bancos Credores. Juntos e organicamente vinculados coordenariam a crise com um receituário neoliberal. Estavam entre as propostas do FMI as seguintes políticas: desvalorização cambial, controle de salários, alinhamento de preços internos aos padrões internacionais, realinhamento de preços de tarifas públicas, e elevação dos impostos internos. Estas medidas condicionadas e adotadas pelos países latinoamericanos não ajudaram a solucionar o problema do endividamento. Na verdade, agravavam este problema através da inflação, que acabava descontrolada.

Casos como o do Brasil chegou a ter uma inflação média de 233% ao ano durante o período de 1980 a 1989, conforme dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) (GAMA, 2011).

Quanto aos juros, para além da inflação, Maria Lúcia Fattorelli (2013) destaca que as taxas praticadas durante a década de 1980 chegaram 20,5% ao ano, fazendo com que muitos países da América Latina “quebrassem”, sendo o México um dos primeiros a decretar moratória da dívida em 1982. Fattorelli afirma que várias Cartas de Intenção de políticas para sair da crise foram negociadas entre o Brasil e FMI durante a década de 1980. Além de propor medidas restritivas de política monetária, também condicionava o país a realizar uma série de privatizações, desestatização de empresas e serviços do Estado.

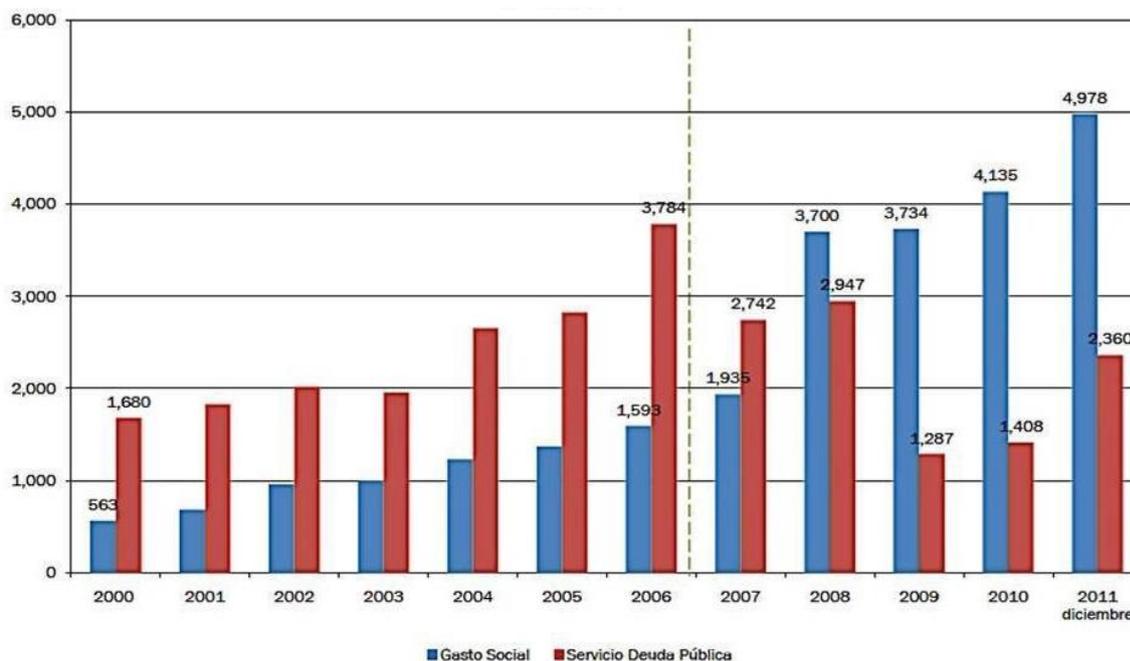
3. CONDICIONALIDADES E OBRIGAÇÃO PARA COM O PAGAMENTO DAS DÍVIDAS NO BRASIL

Estas condicionalidades obrigavam de fato o país a desinvestir em empresas estatais, sendo que os excedentes de valor quando gerados por elas, deveriam ficar sob a condição de obrigação para com o pagamento das dívidas. Desta forma assumindo esta obrigatoriedade, credita-se o papel de devedor de dívida pública e privada contraídas durante a década de 1970, e fazer a renegociação com bancos privados credores era a principal cobrança de uma das cartas de intenção negociadas com o FMI, de forma que toda dívida pública e privada contratada com bancos privados internacionais, teria que ser assumida pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Por outro lado, temos o caso do Equador em que Rafael Correa, Presidente, convidou Maria Fattorelli a participar da Comissão para a Auditoria Integral da Dívida Pública Equatoriana (CAIC) criada por Decreto Executivo nº 472/2007. A atribuição da Comissão foi a realização de auditoria oficial da dívida pública do país. Nos trabalhos de investigação da Subcomissão de Dívida Comercial da CAIC foram apontados flagrantes de ilegalidades e ilegitimidades, tendo o Relatório identificado calotes de alguns bancos quanto aos empréstimos, pois nem sequer o dinheiro foi recebido pelo governo equatoriano. Porém os serviços da dívida, juros, eram pagos. A partir dessa auditoria, o Equador renegociou parte da dívida com bancos privados internacionais, sendo que muitos destes bancos eram também os responsáveis pela crise estadunidense de 2007. Nesta renegociação dos contratos, reduziu os gastos com o serviço da dívida e cancelou cerca de 85% da dívida externa comercial, representado por Bônus Global

2030 e 2012. Ou seja, para não perderem todo o valor de face dos Bônus, 91% dos detentores dessas dívidas foram favoráveis à proposta equatoriana de apenas reconhecer no máximo cerca de 30 a 35% delas (FATTORELLI & ÁVILA, 2008). Os resultados da auditoria da dívida podem ser observados na Figura 1:

Figura 1: Evolução comparada da Dívida Pública no Equador (2000-2011), em US\$ Milhões.



El gasto social en el año 2009 fue 2.9 veces mayor al del servicio de la deuda pública del gobierno central.

Fonte: Reprodução/Auditoria Cidadã da Dívida Pública

O Jornal Democratize demonstra que em 2016 a realidade da economia equatoriana mudou, e o Equador triplicou os investimentos sociais. Dados apontam que a inflação equatoriana de março de 2016 foi de 3,3% e a taxa de desemprego caiu de 10,6% de 2006, para 4,2% em novembro de 2016. Desde que Rafael Correa foi eleito presidente do Equador o PIB cresceu em média 4% ao ano. Em 2008 a população equatoriana também aprovou uma nova Constituição que determina que 25% do orçamento deve ser investido em áreas sociais como Saúde e Educação (JORNAL DEMOCRATIZE, 2016).

Desta forma, Maria Fattorelli (2013) destaca que a dívida pública é categorizada como interna ou externa. Na questão da dívida pública interna requer tratar-se de uma dívida contraída em moeda nacional junto a residentes no país. Porém na prática, no

caso brasileiro, grande parte dos títulos da dívida interna teriam sido adquiridos por não-residentes, estrangeiros. No caso da dívida pública externa, contraída junto a residentes no exterior, em moeda estrangeira (dólar, euro, iene, libra e etc.), desde 2005, o Brasil passou, na prática, a emitir títulos da dívida externa em reais, moeda nacional, com a desvalorização do dólar no mercado internacional.

4. A DÍVIDA PÚBLICA INTERNA E EXTERNA E OS TÍTULOS BRASILEIROS

Por outro lado, Fattorelli (2013) faz denúncias públicas contra o Plano Brady ao explicar o caso das dívidas renegociadas durante a década de 1990, mais precisamente após a implementação do Plano Real em 1994.

O Plano Brady foi um plano de renegociação das dívidas aplicado em muitos países, transformando Contratos de dívidas (supostamente extintos) em títulos da dívida externa. Fattorelli ao denunciar o Plano Brady afirma que em 1996 muitas empresas brasileiras passaram a ser privatizadas e as aquisições foram pagas com os Bônus adquiridos pelo Plano Brady. Afirma ela de que haveria suspeitas de prescrição de muitas das dívidas negociadas durante a década de 1980. Ou seja, que elas deveriam ter sido extintas. Mais de uma década depois, em 2008 um requerimento de autoria do Deputado Ivan Valente (hoje PSOL) propõe uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Dívida Pública (CPI):

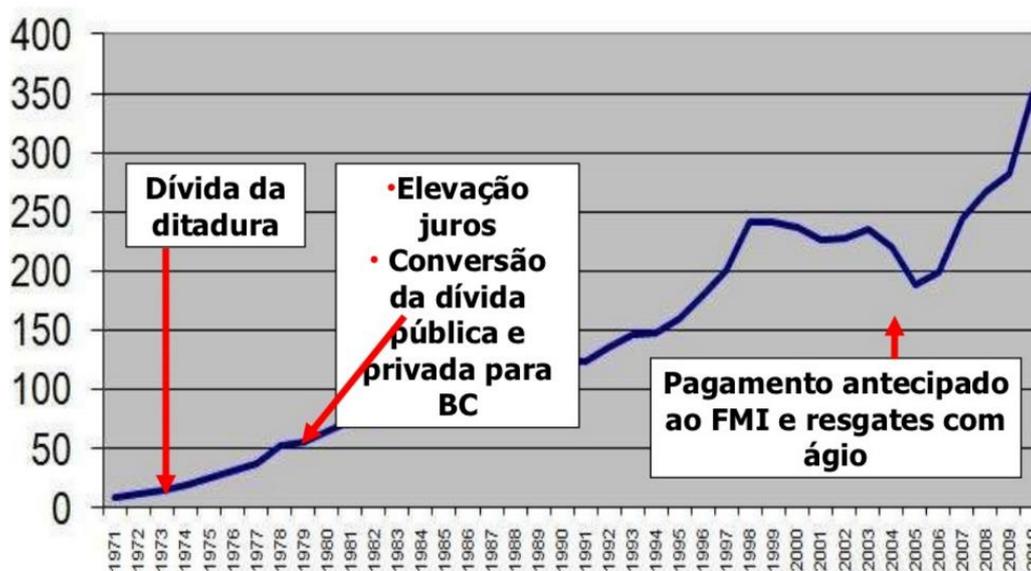
A CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados foi instalada em 19/08/2009, depois de vários meses da aprovação, pelo Plenário da Câmara (em 08/12/2008), da proposição de minha autoria (Requerimento de Criação de CPI - RCP 8/2008), que teve o apoio de 175 deputados. Durante os trabalhos da CPI, diversos especialistas prestaram depoimento mostrando a gravidade do problema da dívida pública na atualidade, e apontaram graves indícios de ilegalidades no processo de endividamento brasileiro desde sua origem na década de 70. A Assessoria Técnica da CPI também elaborou e encaminhou ao Relator e aos demais deputados integrantes da Comissão as “Análises Preliminares 1 a 8”, contendo o resgate dos relatórios de comissões parlamentares anteriores, bem como a análise das investigações realizadas sobre as dívidas interna, externa, dos estados e municípios, além dos impactos sociais dessas dívidas, apontando sérios indícios de ilegalidades e de relevantes danos ao patrimônio público que requerem o aprofundamento das investigações (VALENTE, 2010).

Como se vê constatou-se nas investigações uma série de irregularidades na dívida externa, envolvendo pagamentos antecipados de títulos do Tesouro Nacional da

dívida externa, e com ágio atingindo 70% do valor nominal dos títulos originais. Não bastou pagar adiantado, mas se repassou excedentes de mais dinheiro dentro das operações realizadas pelo programa de resgate antecipado (FATTORELLI, 2013).

Para visualizar melhor esta situação, com a elevação da taxa de juros em 1979, a dívida externa brasileira cresceu muito. Na Figura 2 observa-se a evolução e as marcações desta evolução entre 1971 e 2010.

Figura 2: Dívida Externa brasileira (1971 a 2010), em US\$ Bilhões.



Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

5. DESPESAS COM JUROS E ENCARGOS E PAGAMENTOS DE AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO

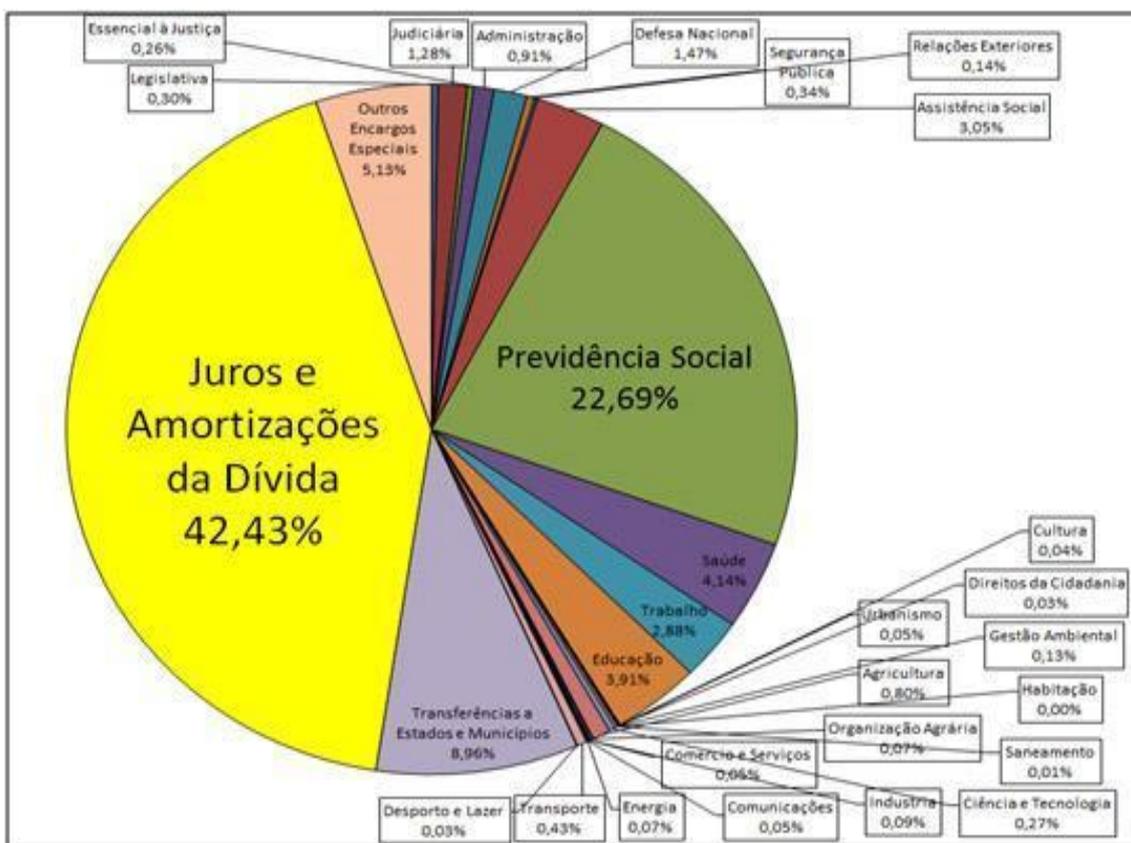
No que diz respeito à dívida pública interna brasileira, Fattorelli (2016) destaca que na repartição do Orçamento Geral da União (OGU) em 2015, juros e amortizações consumiram cerca de 42,4%, ou seja, quase R\$ 1 trilhão, mais precisamente R\$ 962,2 bilhões. Neste caso, dados publicados pelo Bacen indicam que em apenas 11 meses de 2015 (31/01 a 31/12/2015) o estoque em títulos da dívida interna saltou de R\$ 3,204 trilhões para R\$ 3,937 trilhões, um aumento líquido em seu volume em R\$ 733,0 bilhões, ou R\$ 66,6 bilhões ao mês.

Fattorelli (2016) conclui que a dívida não foi amortizada e nem simplesmente rolada ou refinanciada, mas, ao contrário, cresceu fortemente em 2015. Ela denuncia

esta ocorrência porque parte dos juros nominais estão sendo contabilizados como se fossem referentes a amortizações. Tal esquema de refinanciamento da dívida também conhecido popularmente por “rolagem”, seria a troca da dívida que está vencendo por outra nova dívida, isto tem sido denunciado pela Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) desde 2010. Maria Fattorelli (2013) insiste em afirmar que a dívida é pública, porém os contratos devem ser sigilosos.

Os dados do Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) indicam que desses R\$ 962,2 bilhões, foram destinados para o pagamento de despesas com Juros e Encargos da Dívida R\$ 208,4 bilhões, e R\$ 753,8 bilhões para o pagamento de Amortizações/Refinanciamento da Dívida, conforme se pode observar na Figura 3.

Figura 3: Repartição do Orçamento Geral da União em 2015.



Fonte: SIAFI.

Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

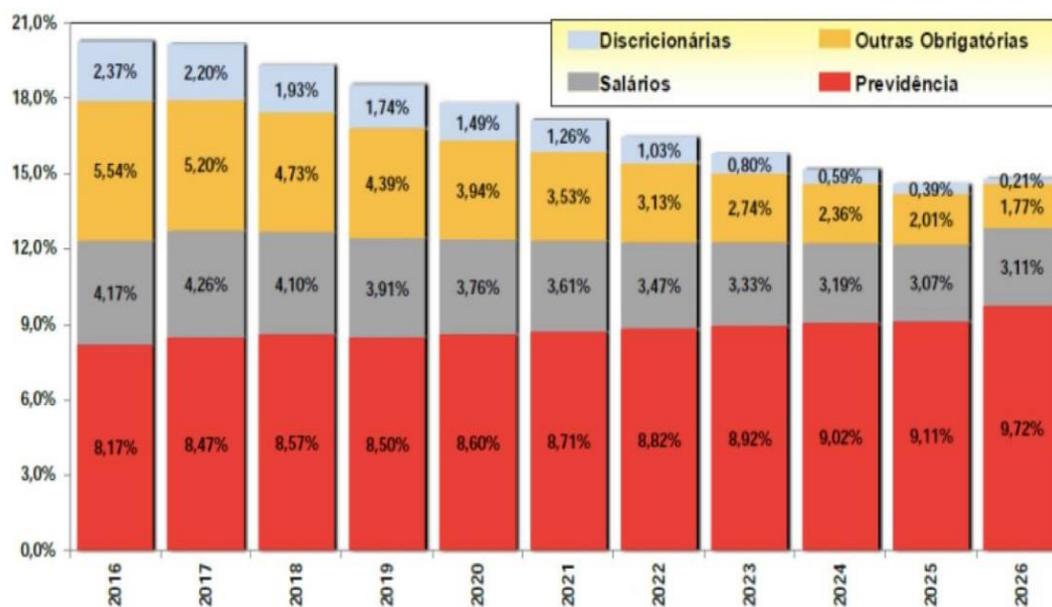
Agora em 2017, neste contexto pós *impeachment*, o atual governo de Michel Temer já deixou bem claro quem está no comando do país com seu lema “trabalhe, não

pense em crise”, portanto, “não se deve” questionar as atitudes do novo Governo. Assim, as soluções propostas pelas “novovelhas” políticas neoliberais durante as crises são sempre as de criar as condições para o desenvolvimento das “economias de endividamento”, devido aos instrumentos de liquidez criados preservar obrigatoriamente o pagamento da dívida pública, realizar cortes orçamentários redistribuindo recursos de outras áreas essenciais de políticas sociais para a população e menos ainda realizar regulamentação para controle dos abusos do sistema financeiro e nunca permitir fazer uma auditoria da dívida pública.

Assim, pois, é desta forma cínica que os interesses do sistema financeiro capitalista captura o Estado, determina e condiciona políticas públicas o tempo todo. Esta captura dos Estados, conjuntamente, estatizam dívidas privadas, modificam leis para seus interesses, realizam cortes em investimentos sociais atingindo áreas de Saúde, Educação e Previdência Social que são as mais de interesse dos trabalhadores. Nestes casos, percebe-se que os bancos estão tentando aumentar seus lucros, dada política desse Governo golpista com a “PEC da Morte” para os trabalhadores.

Neste sentido, Fattorelli (2016) denuncia que haverá pressão nos salários e também haverá uma maior pressão para a reforma da Previdência, pois obrigatoriamente terão que reduzir gastos para manter o “teto” das despesas primárias. Porém as sobras serão destinadas para o pagamento no sistema de juros da dívida pública. Esta PEC aprovada no Senado cria uma situação de disputa na redistribuição dos gastos. Na simulação das projeções do Bradesco, observa-se na Figura 4, por classe do dispêndio, as despesas anuais como proporção do PIB para o período de dez anos (2016-2026), considerando-se PIB crescerá em média 3% real ao ano a partir de 2018.

Figura 4: Simulação da Despesa como proporção do PIB⁷³.



Fonte: Tesouro Nacional
Elaboração: Bradesco.

A PEC/55, aprovada no Senado – depois de tramitar na Câmara como PEC/241 – propõe congelamento dos gastos no Orçamento por 20 anos, porém, não há interferência nos pagamentos da dívida pública (TAVARES, 2016).

O atual Ministro da Fazenda Henrique Meirelles fez pronunciamento para as mídias e canais de TVs, afirmando que a PEC/55 é uma necessidade para ajustar as contas do Governo de forma gradual. Tal ajuste seria determinante para que o país recuperasse a credibilidade de consumidores, investidores e empresários, e acrescentou que o déficit fiscal está na ordem de R\$ 170,0 bilhões por culpa dos governantes passados, não esquecendo que ele mesmo fez parte como presidente do Bacen nos dois governos petistas de Lula. Para ele são prejuízos adquiridos que resultam no retorno da inflação assola o país, investidores que cancelaram projetos, a insegurança pública que toma conta da economia do país, o desemprego que volta a crescer, etc. Assim, a PEC terá o papel de fazer o país voltar a crescer. Além da PEC/55 limitar gastos em áreas como Saúde, Educação, Moradia e Segurança, no Art. 102, inciso 6º, ela busca garantir recursos capital para a criação de “empresas estatais não dependentes”, ou seja, contribuir para a criação de um novo sistema de endividamento. Esta proposta de

⁷³ Classe dispêndio.

sistema é o mesmo que quebrou a Grécia e já está em pleno vigor em estados brasileiros, como São Paulo e Santa Catarina, pioneira na implementação deste novo sistema de endividamento no Brasil.

Para o movimento social representado pela Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), este esquema é fraudulento e inicia justamente com a criação deste tipo de empresa estatal “não dependente”, dado que propõe enquadramento institucional delas como “sociedade de propósito específico”. Neste caso permite-se que tenham como sócio majoritário entes federados e sócios privados. Este tipo de empresa “estatal” não está sujeita a fiscalização de órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União (TCU) ou Controladoria-geral da União (CGU), podem contratar serviços sem licitação e podem remunerar seus diretores acima do teto. Este tipo de empresa estatal não dependente pode emitir debêntures com ágios de descontos brutais e pagamento de juros, estratosféricos. A compra dessas debêntures fica restrita a investidores privilegiados, pois não se faz publicidade dessas emissões e vendas. Depois de alguns anos após a criação da empresa e emissão destas debêntures, as experiências demonstram que essas empresas passam a apresentar prejuízos gigantes. Porém será através da PEC/55 que se garantirá os recursos para garantir o rombo causado (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas considerações finais se detem na preocupação com as soluções neoliberais propostas para resolver as crises, locais ou globais, que remetem sempre a preservar o pagamento da dívida pública, fazer cortes orçamentários em áreas que são essenciais para os trabalhadores, e investem pesado em marketing para que não se regulamente as atividades do setor bancário-financeiro, além de resistir a fazer auditoria da dívida pública.

A dívida é pública, porém para os neoliberais os contratos devem ser sigilosos. Destaca-se aqui o que disse Fattorelli sobre esta forma cínica em que o sistema financeiro capitalista age conjuntamente, estatizam dívidas privadas, modificam leis trabalhistas e fazem cortes em investimentos sociais nas áreas de Saúde, Educação e Previdência Social. O atual governo de Michel Temer já deixou bem claro para os

trabalhadores sua posição: “não pense em crise, trabalhe”, ou seja, “não questione as atitudes do Governo, não pense sobre sua realidade, continue alienado e apenas trabalhe, trabalhe até morrer!”. Cabe destacar aqui que, já em 1662, Sir William Petty, no seu Tratado dos Impostos e Contribuições, teorizava sobre o papel do Estado, que deveria ser o de garantir a paz interna e externa, entretando o que se vê é a atuação de um estado de exceção, em benefício dos conglomerados financeiros e monopólios e contra os direitos dos trabalhadores.

Para ilustrar as considerações finais, vemos que a América Latina é a principal área estratégica para os interesses corporativos e militares dos Estados Unidos. Explorando a geopolítica do imperialismo para a América Latina, Atílio Boron (2013) estima que os EUA possuem cerca de 14 mil fuzileiros e 46 aeronaves na base naval de Porto Rico. Estão aí para garantir o controle próximo sobre petróleo venezuelano. É de interesse norteamericano assegurar para suas necessidades, presentes e futuras, o que os latino-americanos possuem: metade da água potável do mundo; 40% da biodiversidade; a maior reserva de petróleo; e 6 principais minerais – dos 10 que existem no planeta; além de um enorme e potencial mercado consumidor; entre outros.

Uma tendência interessante é a de que os agentes regionais e locais na América Latina superam os multinacionais. Isto está ocorrendo porque está havendo maior comprometimento com os produtos locais, mais relevantes os bens de consumo (alimentos e bebidas), porque os consumidores latinos estão acreditando as marcas locais estão mais próximas de suas tradições, melhor compreendem suas preferências pois se estabelece um sentimento de orgulho nacional. Por outro lado, quando se deparam com bens duráveis (eletroeletrônicos, automóveis e produtos de saúde), as empresas multinacionais ganham em relevância dada melhor qualidade e produtos com maior inovação disponíveis.

Na concepção de Maria da Conceição Tavares (1972), os países periféricos nas suas políticas de substituição de importação além de terem que se endividar para comprar maquinários, acabam comprando maquinário com tecnologia inferior, que em poucos anos se torna obsoleta, fazendo com que, mais uma vez, a competição se torne desigual frente aos países centrais. Conforme indica a famosa e esclarecedora frase de Ruy Mauro Marini (1973): "não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se

abusou delas". Nesse sentido, a teoria crítica da dependência de Marini atende bem à função de explicar o papel da América Latina no contexto do capitalista. Marini explica que há uma relação desigual entre países centrais e periféricos e que os países centrais se aproveitam dessa relação para manter a dependência entre os países por via de diversos fatores como a criação de dívidas que estrangula as capacidades de desenvolvimento das economias latino americanas. Ele observa, a partir das concepções de Marx, que a América Latina contribui no mercado mundial, em que o eixo da economia industrial passe de mais-valia absoluta para mais valia-relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais da capacidade produtiva do que da simples exploração do trabalhador. É através das diferentes composições orgânicas do capital existentes entre os países centrais e periféricos, que determinam a relação de dependência. Os países centrais possuem proporcionalmente mais investimentos em Capital Constante do que em Capital Variável, do que os países periféricos.

Desta forma, o problema pode ser observado com relação às diferenças médias globais entre os diferenciais de *quantums* de tempo de trabalho socialmente necessário para produzir valores de uso de suas mercadorias, a sua magnitude, o que justifica os diferenciais de valor produzidos pelo trabalho entre os países centrais e os periféricos. Marini defende a tese de que os trabalhadores dos países periféricos sofrem superexploração de sua força de trabalho, e compensam a diminuição do quantum de trabalho necessário pelo incremento de Capital Constante reduzindo o tempo de trabalho médio vivo nos países centrais. Enfim, entende-se que não haverá mudanças fáceis para a população, dos mais pobres à classe média se não houver resistência ao aumento do grau de exploração de trabalhadores, pois é preciso mobilização e orgânica participação em questões centrais da esfera política ocupando posições estratégicas nos debates e discussões em todos os espaços, seja nos Partidos políticos, nos movimentos sociais, nas universidades, nos locais de trabalho, nas relações familiares, entre as rodas de amigos, etc. Parafraseando Fernando Pessoa, falar sobre a dívida pública é preciso, pagar os excessos da dívida não é preciso! A regressividade tributária para os mais pobres não pode se manter para pagar a conta dos mais ricos, portanto, exige-se auditoria cidadã da dívida pública já!

Soy, soy lo que dejaron; Soy toda la sobra de lo que se robaron; Un pueblo escondido en la cima; Mi piel es de cuero, por eso aguanta cualquier clima;

Soy una fábrica de humo; Mano de obra campesina para tu consumo
(CALLE 13).

REFERÊNCIAS

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Esquema fraudulento**. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=xwpZ1B0cvCw&t=0s>>. Acesso em: 06 dez 2016.

BOCCHINI, Bruno. **Brasil tem mais mortes violentas do que a Síria em guerra, mostra anuário**. Agência Brasil, 2016. Disponível em:
<agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-10/brasil-tem-mais-mortes-violentas-do-que-siria-em-guerra-mostra>. Acesso em: 13 dez 2016.

BORON, Atilio A. **América latina en la geopolítica del imperialismo**. Buenos Aires: Luxemburg, 2013.

BRAGA, J. C. de S. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza no capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, M. da C.; FIORI, J. L. (Org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 195-242.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. Cap. 10: O movimento próprio da mundialização financeira (p. 237-271).

COMISSÃO PARA A AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA EQUATORIANA – CAIC. **Subcomissão de Dívida Comercial da CAIC**. Disponível em:
http://www.auditoriadeuda.org.ec/images/stories/documentos/informe_final_CAIC.pdf
Acesso em: 12 dez 2016.

FATTORELLI, Maria Lúcia. **A Dívida Pública por Maria Lucia Fattorelli: lançamento do N-SP**. USP. São Paulo, 2013. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=PmRpA88E9gg/>>. Acesso em: 13 dez 2016.

FATTORELLI, Maria Lúcia. **Explicação sobre o gráfico do orçamento elaborado pela auditoria cidadã da dívida**. Disponível em:
<www.auditoriacidada.org.br/blog/2016/11/09/explicacao-sobre-o-grafico-do-orcamento-elaborado-pela-auditoria-cidada-da-divida/>. Acesso em: 06 dez 2016.

FATTORELLI, Maria Lúcia; ÁVILA, Rodrigo. **Ecuador: Auditoria garante resultados positivos ao país**. Disponível em: <www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/08/EQUADOR-auditoria-resultados-positivos.pdf>. Acesso em: 6 dez 2016.

FERREIRA, Alceu C. As Agências Multilaterais e a Política Econômica do Governo FHC. In: ALVIM, Valdir; FERREIRA, Alceu C. (Orgs.). **A Trama da privatização: a reestruturação neoliberal do Estado**. Florianópolis: Insular. 2001.

GAMA, Cláudio M. A. **Crise: A dívida externa do Terceiro Mundo**. Portal Administradores, 2011. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/crise-a-divida-externa-do-terceiro-mundo/60692/>>. Acesso em: 12 dez 2016.

HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. [1910]. Cap. XIV: Os monopólios capitalistas e os bancos – transformação do capital em capital financeiro (p. 217-220).

JORNAL DEMOCRATIZE. **Depois de auditar a dívida, o Equador triplicou os investimentos sociais**. 2016. Disponível em: <<https://medium.com/democratize-midia/depois-de-auditar-a-divida-o-equador-triplicou-os-investimentos-sociais-cf821095637d#gmkubnes1>>. Acesso em: 06 dez 2016.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KREGEL Jan. **A história do dólar**. Disponível em <http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/bco_imagens/moeda/moeda_07.htm >; Acesso em 13 jan. 2006.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialectica de la dependência**. Mexico: Ediciones Era. 1973.

MARX, Karl. “Capítulo XXV – Crédito e Capital Fictício”. **O Capital** – Crítica da Economia Política. L3. v. 5. 4 ed. São Paulo: Difel, 1985, [p. 460-478]. (tradução Reginaldo Sant’Anna).

PETTY, William. **Tratado dos Impostos e Contribuições**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (coleção Os Economistas).

TAVARES, Elaine. **O mundo é dos bancos**. IELA. Florianópolis, 2016. Disponível em: <www.iela.ufsc.br/noticia/o-mundo-e-dos-bancos>. Acesso em: 06 dez 2016.

TAVARES, M. C. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. 9. Ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

VALENTE, Ivan. **Voto em separado** - Dívida Pública: O centro dos problemas. Câmara dos Deputados. Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Voto-em-separado.pdf>>. Acesso em: 06 dez 2016.

Recebido em 10 de novembro de 2017 e aceito em 25 de novembro de 2017.